REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS

NÚMERO 40

“A purificação do jurídico” na História do Direito

(em homenagem a Alfonso García-Gallo)

“The purification of the legal” in Legal History

(in homage to Alfonso García-Gallo)

UFRGS

Eduardo Martiré
Universidade de Buenos Aires

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS

ISSN: 0104-6594 Site: <http://seer.ufrgs.br/revfacdir> Email: revistafacdir@ufrgs.br

Faculdade de Direito da UFRGS - Avenida João Pessoa, 80 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP 90040-000 - Telefone: +55 51 3308-3118 - Site <http://www.ufrgs.br/direito/>

“A purificação do jurídico” na História do Direito (em homenagem a Alfonso García-Gallo)*

“The purification of the legal” in the Legal History (in homage to Alfonso Garcia-Gallo)

Eduardo Martiré**

REFERÊNCIA

MARTIRÉ, Eduardo. “A purificação do jurídico” na História do Direito (em homenagem a Alfonso García-Gallo). *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 40, p. 21-30, ago. 2019.

RESUMO

Este artigo foi escrito em homenagem ao historiador espanhol Alfonso García-Gallo e aborda o processo de “purificação do jurídico” na História do Direito. Trata-se de linha metodológica que afirma ser dever da História do Direito se ocupar apenas do aspecto jurídico das instituições e estudá-las por um método jurídico usado pelo jurista de seu tempo juntamente com o método histórico. Há explanação sobre a necessidade de o historiador que trabalha com História do Direito ter sólida formação histórica e conhecimento jurídico para que o caráter preciso do direito e suas terminologias sejam conservadas e não se confunda o Direito com toda a vida social em que está inserido.

ABSTRACT

This article was written in homage to the Spanish historian Alfonso García-Gallo and discusses the process of "purification of the legal" in legal history. This is a methodological line that claims to be the duty of legal history to occupy only the legal aspect of the institutions and to study them by a legal method used by the jurist of its time along with the historical method. The work aims to address the need for the historian who works with legal history to have solid historical background and legal knowledge so that the precise character of the law and its terminologies are preserved and does not confuse the Law with all social life in which it is inserted.

PALAVRAS-CHAVE

História do Direito. Alfonso García-Gallo. Formação do historiador.

KEYWORDS

Legal history. Alfonso García-Gallo. Historian's education.

* Texto original publicado em língua espanhola: MARTIRÉ, Eduardo. ‘La purificación de lo jurídico’, en la Historia del Derecho (En homenaje a Alfonso García-Gallo). *Revista Iushistoria*, Universidad del Salvador (Buenos Aires), n. 07, p. 203-209, 2014. Disponível em: < <https://p3.usal.edu.ar/index.php/iushistoria/article/view/3827> >. Tradução para a língua portuguesa de Denis Guilherme Rolla (Mestre em História do Direito – PPGDir-UFRGS). Revisão da tradução por Alfredo de J. Flores (Prof. Permanente PPGDir-UFRGS).

** Membro de número da “Academia Nacional de la Historia” (Argentina), da “Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas” (Argentina). Membro correspondente da “Real Academia de la Historia de España”, da “Academia Chilena de Ciencias Sociales, Políticas y Morales”, da “Academia Nacional de la Historia de México” e de outras academias americanas. Membro fundador do “Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano” e do “Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho” (Buenos Aires). Doutor em Direito e Ciências Sociais pela “Universidad de Buenos Aires”. Doutor Honoris Causa da “Universidad Nacional de Córdoba” (Argentina). Professor Catedrático de História do Direito da Faculdade de Direito da UBA e de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da mesma Universidade. Diretor fundador do Curso de História da “Pontificia Universidad Católica Argentina”. Professor da “Universidad del Salvador” e da “Universidad Católica de San Isidro”.

Durante o Seminário que foi realizado em nosso “Instituto de Investigações em História do Direito”^(a) em homenagem ao querido professor Ricardo Zorraquín Becú, no primeiro centenário de seu nascimento, ocupei-me do tema que trago hoje para este encontro de historiadores do direito que foi convocado pelo “Instituto Latino-Americano de História do Direito”^(b). Entendo que os problemas metodológicos são parte da essência de toda disciplina e que é conveniente que neste tipo de reuniões falemos sobre eles. Em suma, entendo ser necessário para que não haja equívocos no rumo e, assim, não errar na visão histórico-jurídica do passado, que é nosso objetivo. Também em minha colaboração presente no livro em homenagem a Ricardo Zorraquín Becú, cuja edição pela “Academia Nacional da História” é iminente, insisti nesses problemas.

Ao retornar agora ao tema, em síntese, ao refletir sobre as bases metodológicas de nossa matéria, como o fizemos naquele então – voltaremos a cultivar o campo já definido? Poderia ser... mas nunca será o bastante voltar a “pensar” a disciplina que nos convoca. Pelo menos penso assim e, apesar de ter dedicado minha vida ao seu estudo e pesquisa, entendo que essa reflexão fundamental é sempre necessária, pelo menos para mim, e suponho que seja também para todos. É o que eu quero compartilhar com os colegas.

A história do direito tem na América Latina um futuro sem dúvida venturoso quando se encontram pela quarta vez, agora em Buenos Aires, uma plêiade de pesquisadores e estudiosos para lidar com a matéria. O programa deste encontro é extremamente rico em sua diversidade de temas e na presença de antigos e

novos cultores. Agradeço desde já aos organizadores que me convidaram para dissertar nesta ocasião.

Entremos na matéria: para nós que fazíamos parte do grupo do “Instituto de História do Direito” da Faculdade de Direito, que, quando da morte de Ricardo Levene, levou o seu nome, devemos reconhecer como um acontecimento verdadeiramente extraordinário aquela visita que fez a Buenos Aires em outubro de 1966 o reconhecido historiador do direito espanhol Alfonso García-Gallo. Não era a primeira vez que vinha a Buenos Aires; mas essa visita foi especial, porque sua personalidade forte, sua docência generosa e a profundidade de seus conhecimentos deram um impulso colossal aos estudos da história do direito e da história do direito “indiano” que nesse momento se encontravam num momento propício.

Podemos afirmar que, quase meio século depois daquele acontecimento, uma nova etapa repleta de projetos e redobrado entusiasmo se abriu com ele. Não faltavam mestres entre nós: a simples menção a Levene, Zorraquín Becú ou Mariluz Urquijo demonstra essa presença. Mas aquela visita e os ensinamentos e propósitos que foram formados a partir dela são dignos de se colocar como exemplo. Basta lembrar que, nessa ocasião, foi fundado o “Instituto Internacional de História do Direito Indiano”^(c), que acabou realizando, a cada dois ou três anos, um total de dezoito congressos internacionais, na América e na Europa; e que, no ano seguinte, em 1967, durante os dias 13 e 14 de outubro, reuniram-se em Buenos Aires as “Primeiras Jornadas de História do Direito Argentino”, para relembra-los os trinta anos de fundação do Instituto Levene. Jornadas essas que continuaram a ser feitas de forma ininterrupta em diferentes centros de estudo no país, sendo que acabamos de celebrar

(a) N.T.: Informações sobre o “Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho” podem ser encontradas no site: < <http://inhide.com.ar/> >

(b) N.T.: Informações sobre o “Instituto Latino Americano de Historia del Derecho” podem ser encontradas no site: < <http://www.ilahd.org/> >

(c) N.T.: Informações sobre o “Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano” podem ser encontradas no site: < <https://web.ua.es/institutoderechoindiano/> >

o vigésimo quarto em Mendoza. Quando registramos essa primeira reunião de 1967 em nossa “Revista do Instituto de História do Direito Ricardo Levene”, concordamos que seu objetivo era reunir os principais especialistas da matéria no país, a fim de intercambiar ideias sobre os problemas metodológicos, de ensino e de pesquisa que se apresentam em nossa disciplina, e ressaltamos que as celebramos “seguindo as diretrizes delineadas na Primeira Reunião de Historiadores do Direito Indiano”, realizada no ano anterior¹.

Gostaria de retomar, depois dessa introdução que serve para nos colocar no ambiente, um dos ensinamentos de García-Gallo que, para muitos desde então, haveria de servir de guia metodológico, para qualquer que fosse a direção que se queira dar à nossa disciplina: histórica, jurídica ou histórico-jurídica – como uma espécie de ginete montado em ambas as disciplinas, usando uma afirmação de Mariluz Urquijo. Trata-se, em todos os casos, do estudo e investigação do direito pretérito.

Se há concordância em que o objeto da História do Direito é o Direito, então não caberia confundir o Direito com toda a vida social em que está inserido. A vida social é complexa, dizia o mestre espanhol, nela coexistem e se entrecruzam os âmbitos religioso, cultural, político, social, econômico etc. Se aceitarmos a sua proposta de estudo da História do Direito através das instituições, conseguiremos um fruto de estação. É que, na vida social, ocorrem situações ou relações que, quando são básicas ou fundamentais, denominamos de instituições – como por exemplo o Estado, a família, a propriedade. Nessas instituições, concorrem e coexistem em maior ou menor grau os planos religioso, cultural, econômico e político. O Direito é um elemento integrante da instituição,

afirmava García-Gallo, mas não (é) a instituição; é por isso que às vezes é difícil distinguir na instituição o que é jurídico do que não é. Tal abordagem o leva a esclarecer que tampouco o Direito é “algo superficial que se sobreponha a elas [às instituições] para regulá-las, uma vez que essa regulação pode afetar a própria essência da instituição”.² Em suma, diz que os historiadores do direito devem especializar-se em estudar o âmbito jurídico da instituição e estudá-lo mediante um método jurídico. Sua abordagem metodológica, estudando o Direito através do estudo de instituições, é completada ao sustentar que a História do Direito deve ser estudada juridicamente, ou seja, “purificada”.

Com isso, aquilo que García-Gallo quis dizer, e nós que seguimos essa linha metodológica, é que a História do Direito deve se ocupar apenas do aspecto jurídico das instituições e estudá-lo por meio de um método jurídico. Através do método jurídico usado pelo jurista de seu tempo, não pelo atual, o que implica, portanto, um conhecimento histórico desse método do jurista do passado em questão.

Tal distinção entre as instituições e o Direito está presente no manual que elaboramos com o Dr. Tau Anzoátegui. Desde a sua primeira edição de 1967, propiciamos o estudo da história jurídica através da história das instituições, considerando o direito como um dos elementos fundamentais da instituição³. A distinção entre o

¹ Actas de las I Jornadas de Historia del Derecho Argentino. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 19, p. 281, 1968.

² GARCÍA-GALLO, Alfonso. Problemas metodológicos de la Historia del Derecho Indiano. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 18, 1967. p. 17.

³ Quanto às instituições, Tau Anzoátegui escreveu um trabalho importante sobre estas, que serviu como fonte para elaborar o parágrafo do “Manual” citado, onde são definidas como arranjos parciais da vida do homem na sociedade, que alcançaram um desenvolvimento sólido e autônomo através da atividade implantada e renovada ascensão de muitas gerações, distinguindo, como seus três pilares fundamentais, o uso social ou costume, a moralidade e o Direito. Ver: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor; MARTIRÉ, Eduardo. *Manual de Historia de las Instituciones Argentinas*. 1ª ed. Buenos Aires: La Ley Sociedad Anónima Editora e Impresora, 1967. p. 11 et seq.

jurídico e o que não o é tem sido notada em geral pelos historiadores do direito. Ricardo Zorraquín Becú sustenta que:

(...) se a análise do Direito que regeu no passado é indispensável para compreender a evolução social e cultural de um povo, essas circunstâncias acessórias não devem fazer perder de vista o objetivo fundamental desta disciplina, que é eminentemente jurídico. Colocar a História do Direito, exclusivamente, dentro da órbita da história social ou da cultura é colocá-la em uma posição secundária e de submissão às normas, finalidades e métodos dessas ciências.⁴

Portanto, continua o autor, deve ser acentuado o enfoque jurídico quando se estuda os direitos antigos, mediante o qual se supera uma notável deficiência dessa disciplina, tal qual tem sido enfocada pela maioria dos autores.⁵

A necessidade de conhecimentos especiais para abordar uma disciplina, como na História do Direito, ocorre em todas as Histórias especiais que, como a nossa, estudam e investigam um setor do passado do homem; mas se faz isso sem buscar dividi-lo, o que seria algo como destruí-lo e torná-lo incompreensível; antes, deve distingui-lo dos outros, para então chegar à formação da história do homem na sociedade, a “grande história” a cuja formação estamos todos comprometidos⁶.

Há uma nova edição – a VIIIª, da editora Cathedra Jurídica, de Buenos Aires. Quanto à menção acima a Víctor Tau, ver: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. El concepto histórico de las instituciones. *Revista de Historia Americana y Argentina* (Universidad Nacional de Cuyo – Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Historia Americana y Argentina), Mendoza, a. III, n. 07-08, p. 213-222, 1962-1963.

⁴ ZORRAQUÍN BECU, Ricardo. *Historia del Derecho argentino*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1985. p. 23.

⁵ *Ibidem*. p. 23-24.

⁶ Tratei especialmente desse tema em: MARTIRÉ, Eduardo. Las Historias especiales y la Historia del Derecho. *Trabajos y Comunicaciones* (Universidad de La

Contudo, voltando à necessidade da existência, no historiador, de conhecimentos especiais para enfrentar os estudos de história jurídica, admitamos que resulta ser mais difícil para compreender o direito pretérito (tão difícil quanto conhecer o direito atual) quando prescindimos do conhecimento do que é propriamente jurídico. Falo não apenas da personalidade do jurista, de sua formação, de seus estudos, de sua “circunstância” (no dizer de Ortega y Gasset), porque, embora isso seja muito importante, não é só isso. Também me refiro a temas que deveremos enfrentar todos os dias no decorrer de nossos estudos e pesquisas, como, por exemplo, o uso de termos técnicos, dessa “língua especial” (um “argot de métier”), difícil de entender em sua justa medida por quem absolutamente ignora, ou talvez saiba superficialmente – o que para o caso é o mesmo – o ofício ou a matéria de que se trata. Porque, não vamos esquecer, tanto no presente como no passado, não conhecemos o outro (e suas obras), exceto enquanto se parece a nós mesmos⁷. Esta regra é de estrita aplicação ao tópico do qual

Plata – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación), n. 21, p. 115-127, 1972.

⁷ Em uma página magistral, o professor Marrou argumenta que – com base no fato de que a história é feita a partir de documentos e testemunhos –, e para melhor compreender os documentos a serem examinados, o historiador deve possuir dentro de sua cultura pessoal, no interior da estrutura de seu espírito, as afinidades psicológicas que lhe permitem imaginar, sentir, compreender os sentimentos, as ideias, o comportamento dos homens do passado que encontrará nos documentos; é por isso que a história da arte exige uma sensibilidade estética rica o suficiente e sensível; e a história do cristianismo exige que, pelo menos, o significado do que pode ser o fenômeno religioso, o significado dos valores espirituais. Ver: MARROU, Henri Irénée. *De la connaissance historique*. Paris : Éditions du Seuil, 1956. p. 110. Por sua vez, Biondo Biondi, no campo da História do Direito Romano, sustentava, já faz um bom tempo, que é necessário possuir “mentalidade jurídica” para poder investigar no campo da História jurídica, pois, dessa maneira, não haverá o perigo de assimilar e considerar do mesmo modo as XII Tábuas e os preceitos da arte poética de Horácio, ou confundir a “patria potestas” com a “obligatio” – ver: BIONDI, Biondo. *Prospettive romanistiche*. Milano: Società Editrice ‘Vita e pensiero’, 1933. p. 16-17.

estamos falando.

Porque a História do Direito, repito, seja por considerá-la, metodologicamente falando, dentro do campo da História, como uma história especial, ou dentro da ciência jurídica, integrando o estudo do Direito, ou ainda na posição de uma disciplina histórica e jurídica ao mesmo tempo, não há dúvida de que se destina ao estudo e à investigação do Direito do passado, dos ordenamentos normativos que regiam a vida passada do homem na sociedade⁸.

Agora, aquele que trabalha com História do Direito deve ser um historiador que, além de ter uma sólida formação histórica – que o impede de acreditar que uma andorinha faz o verão –, também deve possuir sólidos conhecimentos jurídicos, evitando confundir “posse” com “detenção”, ou que lhe seja indiferente usar o verbo “possuir” e “deter” alguma coisa. Deverá usar o método jurídico da época em estudo juntamente com o método histórico, próprio de toda a ciência histórica.

Nesse sentido e com grande clareza se expressava García-Gallo, quando afirmava que quem carecia de tais conhecimentos só poderia realizar um estudo superficial da História do Direito, ficando limitado ao que o Direito transcende à esfera política, social e econômica: ou seja, na medida em que qualquer investigador, não sendo jurista ou sem ter conhecimentos jurídicos, venha a perceber a sua ação ou sentir os seus efeitos; entretanto, não conseguirá captar ou não compreenderá a sua natureza íntima, a sua base, a sua razão de ser, os seus princípios, os seus conceitos e matizes e seus métodos de aplicação⁹. Sobre isso, o professor Díaz Couselo,

em um interessante trabalho que seria de leitura obrigatória, aprofunda as opiniões coincidentes nesse sentido e lança grande luz sobre os problemas metodológicos da matéria¹⁰.

De sua parte, o professor Víctor Tau Anzoátegui sustentou que o conhecimento da História do Direito “[...] é reservado apenas para aqueles que possuem um certo domínio do Direito, pois, para os demais, é, em grande parte, ininteligível e impenetrável”¹¹.

A purificação do jurídico foi essencial para especificar os limites – ou, em outros termos, as amplas fronteiras da história jurídica; por isso, tanto nos preocupava, aos historiadores do direito, observá-los. Os estudos da matéria não deveriam ser realizados por meio de viseiras que procurariam recriar uma estrutura desprendida do mundo a ser regulado; como tampouco colocar nela, como se fosse num barril sem fundo, toda a história do período em estudo. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra.

Essas tendências, que considerávamos já superadas, parece que, às vezes, como se fosse um joio que invade, retornam de vez em quando querendo invadir as sementeiras histórico-jurídicas. Bom, é por isso que trato de insistir nessas regras metodológicas. E não esqueçamos da lição de García-Gallo: o Direito não é algo superficial que se sobrepõe às instituições para regulá-las – essa regulação pode afetar a própria essência da instituição.

O que acontece é que, estimulados por

Internacional de Historia del Derecho Indiano, 1973. p. 112.

¹⁰ DÍAZ COUSELO, José María. Reflexiones sobre relaciones entre la Historia del Derecho y la Ciencia Jurídica. *Perspectivas y desafíos de la Historia del Derecho Argentino – I^{er} Encuentro de la Asociación Argentina de Profesores e Investigadores de Historia del Derecho*, Córdoba (nov 2007). Córdoba, Argentina: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

¹¹ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La enseñanza de la Historia del Derecho Argentino. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 19, p. 218, 1968.

⁸ Ocupei-me do tema em: MARTIRÉ, Eduardo. La Historia del Derecho, disciplina histórica. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 20, p. 88-103, 1969.

⁹ GARCÍA-GALLO, Alfonso. Bases para una programación de la enseñanza de la Historia del Derecho y en especial de la Historia del Derecho Indiano. *Actas y Estudios del III^{er} Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Madrid: Instituto

essa necessidade peremptória de conhecer o direito que regula a instituição – para poder conhecer a própria instituição –, alguns estudiosos que não militam na história jurídica não vão a ela para buscar cobrir essa necessidade, mas antes se animam a supri-la eles mesmos, crendo que estão em condições de fazer História do Direito, às vezes sem realmente saber o que é o Direito, sem ter notícia de sua complexa realidade, de ontem e de hoje¹².

Vãs tentativas de onde sairão caricaturas jurídicas, em que o caráter preciso do Direito, sua terminologia e suas criações estarão ausentes ou, então, serão mal interpretadas devido ao desconhecimento do Direito e de sua história. Poderá este historiador distinguir entre “detenção” e “posse” (retornando ao exemplo já dado), entre “letra de câmbio” e “nota promissória”, “jurisdição” e “competência”, “prescrição” e “renúncia”, “obrigações” e “contratos”; saberá o que é uma “falência” ou uma “concordata”? Saberão entender esse “argot de métier” que Marrou falava?

A manipulação de fontes jurídicas, especialmente os expedientes judiciais, denota a perplexidade em que se encontra este tipo de investigador. Deslumbrado pelo “volume” ou pela longa duração do pleito, ou pelo número de expedientes, controversos ou não, esse investigador não percebe que dentro deles há testemunhos substanciais da própria vida, que deixará passar porque não sabe ler um expediente judicial. Não entende o expediente, nem sabe nada do processo judicial em questão, nem dos recursos ou apelações, ou mesmo sobre as “chicanas” e tantas outras características do pleito, que somente um historiador do Direito

poderá lhe mostrar, orientando-o por um caminho que nunca transitou. Em uma palavra, ele não saberá interrogar o documento. Tarefa importantíssima que faz a habilidade do pesquisador de história de qualquer época.

Não quero dizer nesta exposição, nem muito menos, que a História do Direito não precisa, para o seu trabalho específico, do aporte específico de outros ramos da história – da história social, política, econômica etc.; e de suas investigações e seus resultados. Pelo contrário; beneficiou-se dessa aproximação, assim como esses outros ramos – histórias especiais elas mesmas –, que o fizeram com seus próprios aportes. Para reconstruir as instituições do passado do homem na sociedade, todas elas aportarão o que foi colhido, e nossa disciplina o que é jurídico. Nem a história jurídica é toda a história da humanidade, nem a história da humanidade pode ser entendida sem os aportes histórico-jurídicos. Eis a questão.

É uma consequência do que foi exposto e se deve ter sempre presente que se trata da tarefa de formação de um jurista – e não a de um simples “operador do direito”, para quem não parece ser de maior interesse a aprendizagem das chamadas matérias formativas¹³.

E, por último, volto à preocupação de nossos mestres. Lamentavelmente, a nossa tarefa agora é muito maior que a que eles tiveram, pois já se passou quase meio século das definições, exemplos e conselhos que eles deram e nos encontramos ainda enfrentando uma realidade parecida. Não digo que não houve avanço – pois isso ocorreu, sem dúvida; mas percebo nos últimos tempos um avanço do social sobre o Direito. Isso se deve, no meu entendimento, a que o Direito, como qualquer outra construção do homem, é um produto social, formando parte

¹² DÍAZ COUSELO, José María. Reflexiones sobre relaciones entre la Historia del Derecho y la Ciencia Jurídica. *Perspectivas y desafíos de la Historia del Derecho Argentino – I^{er} Encuentro de la Asociación Argentina de Profesores e Investigadores de Historia del Derecho, Córdoba (nov 2007)*. Córdoba, Argentina: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

¹³ Ver: KLUGER, Viviana. Historia del Derecho: ¿para qué?. *Revista Conceptos – Boletín de la Universidad del Museo Social Argentino*, a. 78, n. 1, p. 13-15, ene-feb/mar-abr 2003. Disponível em: <<https://vivianakluger.com/publicaciones/>>

da cultura da sociedade. Quando se quer estudar a sociedade em um dado momento de sua marcha dinâmica, o jurídico deve estar presente inevitavelmente nesse estudo. Mas isso não autoriza a que esses estudiosos e pesquisadores com escassos conhecimentos jurídicos (ou nenhum) venham a estudar o Direito vigente de então, sem os instrumentos ou sem a preparação adequada. Nem a História do Direito é capaz por si só de estudar a sociedade em toda a sua realidade complexa, nem os estudiosos da sociedade poderão, por eles mesmos, estudar e investigar uma forma jurídica, como é o direito, que, como já disse antes, não é estranha ao conteúdo que envolve, porque muitas vezes o condiciona e determina.

Quando terminei minhas considerações sobre as Histórias especiais, na obra em que me ocupei delas, lembrei que desconhecer o que para a civilização teve e tem o “envoltório formal”^(d) jurídico de que fala Bloch¹⁴ (referindo-se ao Direito) é tão inadmissível quanto negar a existência do Direito. As formas, meios, métodos e sistemas, a diversidade de correntes ideológicas nas quais se sustentam, as características muito especiais do Direito

justificam falar que sua historicidade é de natureza comum, de um gênero especial, de uma morfologia tal que serve magnificamente de objeto para o ramo da história que se ocupa dele, sua origem e seu desenvolvimento.

^(d) N.T.: a locução “envoltório formal” foi utilizada na versão brasileira do texto de Bloch, sendo útil o seu emprego aqui – BLOCH, Marc. *Apologia da história*: ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 125. Analisando o original francês, percebe-se a devida aproximação feita nessa tradução e que no cenário hispano-falante se reduziu a “envoltura”, como o próprio prof. Martiré utiliza em seu texto, acompanhando a versão espanhola do livro mencionada em nota 14 abaixo. No livro em francês, consta: “Le droit, au sens strict du mot, est donc l’enveloppe formelle de réalités en elles-mêmes beaucoup trop variées pour fournir avec profit l’objet d’une étude unique” (grifo dos tradutores) – BLOCH, Marc. *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*. Cahier des Annales, 3. 2^e édition. Paris : Librairie Armand Colin, 1952. p. 74-75.

¹⁴ BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. Traducción de Pablo González Casanova y Max Aub. México: Fondo de Cultura Económica, 1952. p. 116. Em meu trabalho “Las Historias especiales y la historia del derecho”, já citado, ocupei-me do conceito de Bloch sobre a história jurídica.

REFERÊNCIAS

- Actas de las I Jornadas de Historia del Derecho Argentino. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, n. 19, Buenos Aires, p. 281-290, 1968.
- BIONDI, Biondo. *Prospettive romanistiche*. Milano: Società Editrice 'Vita e pensiero', 1933.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1952.
- DÍAZ COUSELO, José María. Reflexiones sobre relaciones entre la Historia del Derecho y la Ciencia Jurídica. *Perspectivas y desafíos de la Historia del Derecho Argentino – I^{er} Encuentro de la Asociación Argentina de Profesores e Investigadores de Historia del Derecho*, Córdoba (nov 2007). Córdoba, Argentina: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Córdoba, 2010.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. Problemas metodológicos de la Historia del Derecho Indiano. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 18, 1967.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso. Bases para una programación de la enseñanza de la Historia del Derecho y en especial de la Historia del Derecho Indiano. *Actas y Estudios del III^{er} Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Madrid: Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano, 1973.
- KLUGER, Viviana. Historia del Derecho: ¿para qué?. *Revista Conceptos – Boletín de la Universidad del Museo Social Argentino*, a. 78, n. 1, p. 13-15, ene-feb/mar-abr 2003. Disponible em: <<https://vivianakluger.com/publicaciones/>>
- MARROU, Henri Irénée. *De la connaissance historique*. Paris : Éditions du Seuil, 1956.
- MARTIRÉ, Eduardo. La Historia del Derecho, disciplina histórica. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 20, p. 88-103, 1969.
- MARTIRÉ, Eduardo. Las Historias especiales y la Historia del Derecho. *Trabajos y Comunicaciones* (Universidad de La Plata – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación), n. 21, p. 115-127, 1972.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. El concepto histórico de las instituciones. *Revista de Historia Americana y Argentina* (Universidad Nacional de Cuyo – Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Historia Americana y Argentina), Mendoza, a. III, n. 07-08, p. 213-222, 1962-1963.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La enseñanza de la Historia del Derecho Argentino. *Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene*, Buenos Aires, n. 19, p. 217-227, 1968.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor; MARTIRÉ, Eduardo. *Manual de Historia de las Instituciones Argentinas*. 1^a ed. Buenos Aires: La Ley Sociedad Anónima Editora e Impresora, 1967.
- ZORRAQUÍN BECU, Ricardo. *Historia del Derecho argentino*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1985.

Recebido em: 14/08/2019
Aceito em: 14/08/2019